

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 19 DE MARÇO DE 2007**-----

-----Aos dezanove dias do mês de Março de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, José Carlos da Silva e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos.-----

-----Faltou a Sr^a Vereadora Joana Silvestre, por motivo de doença, cuja falta foi considerada justificada.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Neste período o Sr. Vereador Francisco Maurício comunicou que recebeu um mail da empresa Miese, no qual anuncia que apresentou seis propostas de candidatura ao concurso respeitante à instalação de centrais termoeléctricas a biomassa florestal para produção de energia eléctrica, uma das quais prevista para o concelho, e que o mesmo concurso se encontra em fase de análise das propostas.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**2 - PESSOAL**-----

-----**VENCIMENTO DE EXERCÍCIO** - O Sr. Presidente apresentou o requerimento de Firmino de Sousa Amaro solicitando o abono do vencimento de exercício correspondente a trinta dias, perdido por ocasião de grave doença em França, no montante de cento e oitenta e cinco euros e dezasseis cêntimos. Este pedido fundamenta-se numa anterior deliberação segundo a qual, todas as

despesas ocasionadas pela crise de doença seriam assumidas pela autarquia.-----

-----O Sr. Presidente informou que não tem sido autorizado a qualquer funcionário em situação de doença o abono do vencimento de exercício perdido.-----

-----A Câmara deliberou indeferir o pedido, em virtude do encargo assumido de todas as despesas advenientes do seu tratamento no estrangeiro não englobar o vencimento de exercício, que não pode ser considerado como despesa.-----

-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - A requerimento dos interessados, a Câmara deliberou não usar o direito de preferência nos seguintes negócios inter vivos:-----

-----Na venda que vai fazer Silvino Feliciano Rodrigues Louro da fracção autónoma correspondente ao segundo andar direito do bloco vinte e oito da Avenida D. João Primeiro, em Almeirim;---

-----e na dação em cumprimento que Norberto José Marques de Matos vai fazer do rés do chão direito do prédio número doze da Avenida Vinte e Cinco de Abril, em Almeirim, a favor do Banco Santander Totta, SA.-----

-----QUIOSQUE - Foi presente o requerimento de Amândio Manuel Matos Sepúlveda Monteiro, proprietário do quiosque pré-fabricado para venda de jornais e revistas instalado no Largo da Praça de Touros, em Almeirim, solicitando autorização para nele colocar uma pequena máquina de café.-----

-----A Câmara deliberou indeferir o pedido por não preencher a finalidade para que foi autorizado o referido quiosque.-----

-----HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS - A pedido de Modelo Continente Hipermercados, SA, a Câmara deliberou autorizar o estabelecimento Modelo de Almeirim a funcionar na próxima sexta-feira santa, dia seis de Abril, entre as nove e as

vinte e três horas, com encerramento ao domingo de Páscoa.-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - A Câmara deliberou por maioria, vender aos respectivos superficiários a sua propriedade sobre os seguintes lotes de terreno na Zona de Actividades Económicas:-----

-----a Fernando Simão - Sociedade de Gestão e Promoção Imobiliária, SA, no respeitante ao lote número vinte;-----

-----e a Jorjauto - Sociedade de Comércio Rodoviário, SA, no tocante ao lote número treze.-----

-----Absteve-se a Sr^a Vereadora Manuela Cunha por considerar que os assuntos deviam estar incluídos na Ordem de Trabalhos, especificamente, e não serem tratados como expediente corrente.-

-----Presente ainda o requerimento de Ferreira, Dâmaso & Ribeiro, Ld^a, proprietária do lote número cento e nove da Zona de Actividades Económicas de Almeirim, onde construiu um pavilhão, solicitando autorização para proceder à sua venda, com o correspondente pagamento das compensações a que se refere o número quatro do Artigo cinquenta e quatro do respectivo Regulamento, em virtude do mesmo lhe ser dispensável.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, deferir o pedido nas condições exactas em que foi formulado.-----

-----Absteve-se a Sr^a Vereadora Manuela Cunha por considerar que o assunto deveria ser incluído na Ordem de Trabalhos com designação autónoma e não englobado no expediente.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----PSD - O executivo tomou conhecimento das comunicações do Partido Social Democrata informando da implantação de estruturas de propaganda política no Concelho; e remetendo cópia da intervenção do seu Deputado Vasco Cunha na Assembleia da República, por ocasião da interpelação do Governo sobre Agricultura e Desenvolvimento Rural.-----

-----DEBATE SOBRE AMBIENTE -Foi presente a carta do Núcleo Distrital de Santarém do Movimento de Intervenção e Cidadania confirmando a realização, em parceria com esta Câmara e com o apoio da RESIURB, de uma jornada sobre o aquecimento global e ambiente, com base na apresentação do filme Verdade Inconveniente, com narração de Al Gore, antigo Vice-Presidente dos Estados Unidos seguido de um pequeno debate, no próximo dia vinte e quatro de Março.-----

-----O Sr. Vice-Presidente Pedro Ribeiro justificou que a realização desta actividade foi prevista pelo MIC e pela Câmara, separadamente, pelo que, conjugando ambos os agendamentos, as entidades optaram por uma parceria para o efeito.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse não ter nada contra a actividade, mas o MIC é um movimento de intervenção política e não sabe até que ponto a organização conjunta não levantará dúvidas, por não ser habitual com outras entidades que prosseguem fins políticos.-----

-----Discutido o assunto pelos Srs. Autarcas, perguntou o Sr. Vereador Francisco Maurício qual seria o prejuízo da Câmara em não assumir a parceria e acrescentou que uma solução seria o MIC chamar a si a organização e a autarquia apoiar.-----

-----O Sr. Vice-Presidente propôs que a autarquia pagasse o aluguer do filme. Atendendo a que não houve unanimidade na aceitação da proposta, apresentou a sua reformulação nos seguintes termos:-----

-----Que a Câmara ceda a sala e o MIC pague o aluguer do filme e a divulgação, ou, em alternativa, se o Movimento não aceitar esta proposta, que a autarquia assuma a iniciativa, com todos os seus encargos.-----

-----O executivo concordou com esta proposta.-----

-----VENDA DE BENS DISPENSÁVEIS AO SERVIÇO - Foi presente a carta de António José Maria Luís propondo-se adquirir uma caixa térmica em mau estado de conservação, que se encontra nas instalações municipais da Zona Industrial, pela quantia de

cinquenta euros.-----

-----A Câmara deliberou vender.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - Foi presente a informação do Gabinete de Acção Social comunicando que Maria Fernanda Simão Catarino Cláudio se encontra doente em fase terminal e incapacitada de comparecer na autarquia para levantamento do apoio no montante de vinte e quatro euros e noventa e quatro cêntimos mensais, destinado a medicamentos. O filho é doente do foro psiquiátrico e incapaz de se organizar autonomamente, pelo que o agregado é apoiado e gerido por uma familiar.-----

-----A Câmara deliberou pagar o apoio concedido à doente à referida familiar.-----

-----Presente outra informação, respeitante a José Francisco Costa Marques que necessita de adaptação na casa de banho da sua residência, na Rua Pedro Álvares Cabral, em Almeirim, a fim de permitir o acesso da cadeira de rodas e banho apoiado, para o que, comprovadamente, não dispõe de rendimentos.-----

-----Avaliados os custos dos materiais, a Câmara deliberou executar as obras necessárias no quarto de banho.-----

-----CARNAVAL DE BENFICA DO RIBATEJO - Na sequência de anterior deliberação, a Câmara deliberou pagar a Lusoana - Som e Luz Profissional, a factura de oitocentos euros mais IVA, respeitante ao serviço de som para o Carnaval de Benfica do Ribatejo.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências:-----

-----União de Veteranos de Almeirim, para uma deslocação da equipa de futebol a Dreux, França - mil duzentos e cinquenta euros e para o Torneio de Futebol Santeirim, um subsídio igual ao do ano passado, de mil quinhentos e setenta e dois euros; Novos Fitados de Administração Pública da Universidade de Coimbra, para o Cortejo - setenta e cinco euros; Comissão de

Novos Fitados de Farmácia da Universidade de Coimbra, para o Cortejo _ setenta e cinco euros; Ciclo Ases, Grupo de Cicloturismo de Fazendas de Almeirim, para o passeio de cicloturismo - seiscentos e cinquenta euros; Agrupamento de Escolas Febo Moniz, para a visita de estudo das escolas de Benfica do Ribatejo, na parte dos alunos apoiados - duzentos e setenta euros e para a visita de estudo do Jardim de Infância número dois de Almeirim - sessenta e cinco euros; Oikos - Cooperação e Desenvolvimento, para auxílio às vítimas das cheias em Moçambique - duzentos e cinquenta euros; Junta de Freguesia da Raposa, para reparação das viaturas - quinze mil quatrocentos e sessenta e dois euros e oitenta e nove cêntimos; Rancho Folclórico de Fazendas de Almeirim, para uma deslocação ao Canadá - dois mil euros; Secção de Andebol da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, reestruturação do subsídio anual por integração das classes da ALDESC, nos meses de Março a Setembro do corrente ano - oitocentos e cinquenta euros mensais; e Secção de Natação da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, reestruturação do subsídio anual por integração das classes da ALDESC, nos meses de Março a Setembro do corrente ano - mil e duzentos euros mensais.-----

-----Foi presente a carta de Akidijam de Sousa, de S. Tomé e Príncipe, solicitando apoio em material escolar, roupas e calçado, a fim de poder continuar a estudar.-----

-----A Câmara deliberou apoiar em espécie.-----

-----Foi lida a carta de Nelson Graís que solicita apoio para uma deslocação a Las Vegas, Estados Unidos ao trigésimo primeiro BCA National Eight-Ball Championships, na modalidade Pool, a decorrer entre onze e dezanove de Maio próximo.-----

-----O executivo deliberou indeferir o pedido, por maioria, por falta de suporte legal para a atribuição de subsídio. Absteve-se a Sr^a Vereadora Manuela Cunha.-----

-----Presente ainda a carta do Núcleo de Amigos do Cicloturismo de Alpiarça solicitando apoio para a prova Oitava Volta ao Ribatejo em Cicloturismo Vinhos do Ribatejo, a realizar em

Abril.-----

-----Apesar do interesse de que esta manifestação desportiva se reveste, o executivo deliberou indeferir o pedido por não se enquadrar na estratégia definida pelo Município para o desporto.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva referiu que o aluno Samuel Custódio de Matos solicitou uma bolsa de estudo para uma disciplina de música, que estuda no Conservatório de Lisboa e não lhe foi atribuída. Entretanto teve de comprar um clarinete, conforme já foi informado na passada reunião e solicita apoio para o seu pagamento. Acrescentou que é uma pena se a Câmara não o ajudar porque é um excelente aluno e que o pedido não vai ser feito pela Banda Marcial de Almeirim, para depois ceder o instrumento ao jovem.-----

-----O Sr. Presidente lembrou que não existe suporte legal para atribuição de um subsídio e pediu informação do montante ainda a pagar pela compra do instrumento.-----

-----REFEITÓRIO MUNICIPAL - Foi presente o fax da Escola Secundária de Sá da Bandeira, de Santarém solicitando que sejam patrocínados aos jovens participantes no encontro anual no âmbito do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos - Para uma Sociedade Justa, subordinado ao tema 'Igualdade de Oportunidades, missão (im)possível?', uma visita a um local de interesse regional e um almoço.-----

-----A Câmara deliberou deferir o pedido.-----

-----PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Presente a carta da sociedade de advogados Ana Martinho do Rosário, Isabel Alves de Matos e Victor Batista, solicitando a actualização para mil e novecentos euros mensais, mais IVA, do montante da avença, que desde dois mil e quatro se cifra em mil setecentos e cinquenta euros.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a actualização da avença, com o valor indicado.-----

-----Absteve-se o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos e votou

contra a Sr^a Vereadora Manuela Cunha que disse gostar de saber qual a produção da avença e declarou:-----
-----«Voto contra por considerar que é um valor excessivo para o contributo jurídico que, a meu ver, tem sido dado, para o que é de meu conhecimento. Considero que a Câmara tem outro jurista em permanência e tem recorrido a avença de um outro, pelo que já me parecem despesas excessivas nesta área».-----
-----O Sr. Presidente declarou: «O apoio jurídico pode parecer excessivo mas, hoje em dia, com todos os problemas que se deparam às autarquias, ter um bom gabinete jurídico é fundamental, quer em qualidade quer em quantidade, segundo a especialidade. Não podemos esquecer que o Dr. Victor Batista, para além da análise de apoio jurídico, da análise dos mais variados processos de obras particulares, colabora muito activamente no apoio presencial do meu atendimento público».-----
-----Foi presente a carta do Dr. António Nunes do Carmo Cláudio que, em regime de prestação de serviços, exerceu funções como assessor na Biblioteca Municipal, desde um de Agosto de mil novecentos e noventa e oito até trinta e um de Dezembro de dois mil e cinco, solicitando que lhe seja reembolsado o valor do IVA pago ao Estado respeitante aos anos de dois mil e três a dois mil e cinco e não cobrado ao município, no montante de oito mil cento e quatro euros e quarenta e dois cêntimos, sendo seu encargo as coimas e os juros. Alega que este valor, apurado em sede de inspecção tributária, deveria ter sido debitado ao Município ao longo da prestação de serviços nos referidos três anos e não o foi por erroneamente se julgar isento.-----
-----Tem parecer do consultor jurídico segundo o qual o requerente não cumpriu o imposto no CIVA por não ter debitado o imposto aquando da emissão dos recibos; o Município poderia eximir-se ao reembolso do imposto cobrado, por não ser responsável por aquela omissão; a prestação de serviços efectuada está sujeita ao pagamento do IVA; pelo que deverá o Município, por razões de ordem ética, reembolsar o requerente pela quantia de IVA que suportou.-----

-----Após discussão do assunto, a Câmara deliberou indeferir o pedido, por não existir base legal para o reembolso.-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO - Foi presente o processo referente ao pedido apresentado por Hilário Manuel Silva David que pretende transferir a localização do estabelecimento de bebidas Refugio's Bar, da Praça Lourenço de Carvalho, número vinte e nove para a Rua do Pinhal, números noventa e dois a noventa e seis, em Almeirim.-----

-----É acompanhado de um extenso rol de reclamações dos moradores, manifestando-se contra a instalação de mais um estabelecimento de bebidas naquela rua e consequente aumento da perturbação do sossego nocturno dos residentes.-----

-----A Câmara deliberou não autorizar a transferência de localização do estabelecimento, em face das reclamações apresentadas.-----

-----RENDAS DE HABITAÇÕES - Foi presente a informação da DHU que acompanha a listagem das rendas das habitações propriedade do Município, actualizadas pelo coeficiente legal.-----

-----A Câmara deliberou aprovar.-----

-----ARRENDAMENTO HABITACIONAL - Foi presente a informação do jurista, comunicando que, em resultado da acção de despejo por falta de pagamento de rendas, o Tribunal judicial de Almeirim considerou resolvido o contrato de arrendamento com Rui Manuel David do Rosário e esposa, relativamente à fracção autónoma correspondente ao terceiro andar direito do prédio número oitenta e oito da Rua dos Aliados, em Almeirim. Dado que, entretanto, os devedores efectuaram o pagamento da totalidade da dívida, o que foi comunicado ao Tribunal, vem agora este convidar a Autora a pronunciar-se se entende dever prosseguir com o despejo da moradia.-----

-----A Câmara deliberou não prosseguir o despejo e celebrar novo contrato de arrendamento com os indicados moradores.-----

-----**4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS**-----

-----SANEAMENTO DA ZONA BAIXA DE ALMEIRIM - CENTRO HISTÓRICO - Foi presente o Relatório da Comissão de Análise das Propostas da empreitada de Saneamento da Zona Baixa de Almeirim - Centro Histórico, que, a final do processo de concurso, propõe a adjudicação a Eco-Edifica, Ambiente, Infraestruturas e Construções, SA, na sua proposta condicionada, com o prazo de execução de noventa dias, pelo preço de duzentos e noventa e oito mil seiscentos e um euros e quarenta e cinco cêntimos, a que acresce o IVA.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria adjudicar a obra nos termos propostos pela referida Comissão.-----

-----Votou contra a Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que declarou: «Voto contra e faço voto de vencido, repetindo o que já disse em várias Reuniões de Câmara, que esta obra está a ser financiada a partir de recurso a um empréstimo que foi feito para além do limite de endividamento da Autarquia e para o qual era necessária homologação, ao abrigo da Lei do Orçamento de Estado. Como essa homologação ainda nunca foi apresentada, voto contra a adjudicação da obra, por considerar todo o processo irregular.»-----

-----O Sr. Presidente declarou: «Esta obra é financiada ao abrigo do Orçamento de Estado e ao contrário do que disse a Sr^a Vereadora, não ultrapassa a capacidade de endividamento, informação essa que foi presente à Assembleia Municipal quando aprovou a contracção do empréstimo e a proposta foi sujeita à aprovação do Ministério das Finanças, como a Lei do Orçamento de Estado refere.»-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse: «Voto a favor da adjudicação dado que a realização desta despesa não ultrapassa o limite estabelecido na Lei do Orçamento de Estado para dois mil e sete para o Município de Almeirim, segundo

informações dos nossos serviços de Contabilidade.»-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha acrescentou: «Quero ainda declarar que não foi apresentada nenhuma homologação, que era exigida no caso específico deste empréstimo, e por este exceder o rateio a que o Município tinha direito, à Assembleia Municipal de Almeirim, o que levou, aliás, a CDU a votar contra, pelas mesmas razões.»-----

-----O Sr. Presidente complementou a sua intervenção, nos seguintes termos: «A homologação foi proferida pelo Senhor Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, com a data do último dia do ano de dois mil e seis. Este empréstimo bancário não tem nada a ver com o rateio mas sim com a possibilidade de recurso ao crédito para complementar projectos co-financiados pelos fundos comunitários e previstos na Lei do Orçamento de Estado para o corrente ano.»-----

-----ESCAVAÇÕES NO PÁTIO DO PÓRTICO DE PAÇO DOS NEGROS - O Sr. Presidente aludiu à proposta que lhe foi apresentada pela empresa ERA - Arqueologia, SA com vista à realização de novas escavações no pátio do Pórtico de Paço dos Negros, pelo preço de quatro mil oitocentos e noventa e cinco euros, mais IVA, trabalhos sugeridos pelo Dr. Eurico Henriques perante a demonstração que no local inicial das escavações não existiam os vestígios esperados.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha mostrou-se contra a adjudicação de mais trabalhos à empresa, porque esta não cumpriu o Caderno de Encargos das escavações anteriores, no tocante à apresentação do relatório em cinco dias úteis. Se não há cumprimento do Caderno de Encargos não entende por que se renova o contrato com uma empresa que não cumpriu.-----

-----A Câmara deliberou aguardar a entrega do Relatório dos trabalhos anteriormente adjudicados.-----

-----2 - PESSOAL-----

-----PROCESSO DISCIPLINAR - O Sr. Vereador Francisco Maurício leu a sua proposta, cujo agendamento requereu e que vem acompanhada de cópias da Acta número seis do Júri do Concurso e da reclamação da funcionária interessada, do seguinte teor:-----

-----«Processo disciplinar à funcionária Rosa Maria Cardoso do Nascimento.-----

-----Através da Comunicação Interna número um barra dois mil e sete de quinze de Janeiro de dois mil e sete foi remetido ao senhor Presidente da Câmara o dossier completo relativo ao "CONCURSO INTERNO DE ACESSO LIMITADO PARA O PROVIMENTO DE TRÊS LUGARES DE CHEFE DE SECÇÃO", pronto para ser devidamente homologado.-----

-----Do mesmo constava a ACTA número seis de quinze de Dezembro de dois mil e seis sobre a apreciação do Júri da exposição da candidata Rosa Maria Cardoso do Nascimento, bem assim como a resposta do Júri. Da qual transcrevemos a respectiva conclusão. "O Júri, porque a exposição se fez emotivamente, invocando razões puramente subjectivas, não seria obrigado a apreciá-la, mas em prol da verdade e da legalidade e porque a sua actividade se pautou por critérios de transparência, rigor e isenção, entendeu fazê-lo.-----

-----O júri, depois de analisar a exposição, concluiu por unanimidade, que a candidata fundamenta a sua reclamação em apreciações subjectivas e não em questões de facto ou de direito.-----

-----Face à argumentação da reclamante, ainda que deficientemente fundamentada, o júri apreciou a exposição e deliberou indeferir o seu pedido, por entender que a candidata não tem razão e não ter sido lesada em qualquer direito, dado que todo o concurso seguiu os trâmites legais e foram observados todos os princípios de igualdade; divulgação atempada do método de selecção a utilizar; objectividade na aplicação do método e critério de avaliação, assim como o da neutralidade do júri.-----

-----A suspeição lançada sobre a boa fé do júri, aliás precária e indevidamente fundamentada, é passível de apreciação em sede e

momento próprios, pelo que, se alerta a exponente para as consequências inerentes e inevitáveis a esta afirmação, se nela persistir.-----

-----Pelas injúrias e grave desrespeito, documentalmente provados, que violam o dever de correcção, incorre a candidata em infracção disciplinar, passível do respectivo procedimento, porquanto a gravidade do seu comportamento se projecta para além da Câmara Municipal de Almeirim, atingindo o bom nome e reputação da Instituição CEFA e da funcionária que o representa. Foi entendimento unânime do Júri que a omissão do procedimento disciplinar ou a exigência de retratação e pedido de desculpa, poderá comprometer a imagem de isenção e distanciamento da autarquia relativamente à conduta da sua funcionária".-----

-----Assim de acordo com o estipulado no artigo cinquenta, número um do Estatuto Disciplinar (Decreto Lei vinte e quatro barra oitenta e quatro) "logo que seja recebido auto, participação ou queixa, deve a entidade competente para instaurar processo disciplinar decidir se há lugar ou não a procedimento disciplinar"-----

-----Um - Considerando que se encontra clara e fundamentadamente identificada a conduta, considerada de natureza censurável e, como tal, passível de responsabilidade disciplinar - injúrias e grave desrespeito, documentalmente provados, que violam o dever de correcção (cf. Artigo três, número três, alínea f), número dez do Estatuto Disciplinar)-----

-----Dois - Considerando que se encontra devidamente identificado o respectivo infractor - a funcionária Rosa Maria Cardoso do Nascimento - a assistente administrativa especialista do quadro da Câmara Municipal que exerce as funções de Chefe de Gabinete de Apoio Pessoal do Presidente-----

-----Três - Considerando que a gravidade do seu comportamento se projecta para além da Câmara Municipal de Almeirim, atingindo o bom nome e reputação da Instituição CEFA e da funcionária que o representa-----

-----Quatro - Considerando que em face da apreciação da conduta participada, e sua eventual repercussão negativa na disciplina dos respectivos serviços, e da avaliação feita, emerge da concreta apreciação dos participados factos que este Executivo Municipal tem de decidir.-----

-----Cinco - Considerando que como resulta do artigo cinquenta e um, número um, da Estatuto Disciplinar (Decreto Lei vinte e quatro barra oitenta e quatro), a entidade que instaurar processo disciplinar deve nomear instrutor.-----

-----Seis - Considerando que, por força do artigo dezoito, número um do Estatuto Disciplinar, nas Autarquias Locais a competência disciplinar pertence aos respectivos órgãos executivos, deve a Câmara Municipal, por força do artigo cinquenta e um , número um do mesmo diploma, nomear o respectivo instrutor.-----

-----Sete - Considerando que após a denúncia constante da referida ACTA do Júri do referido concurso o Senhor Presidente da Câmara, no uso das suas competências não determinou a abertura do respectivo procedimento disciplinar como a forma de agir e tendente a punir a conduta legalmente censurável praticada pela respectiva funcionária (cf. número um do artigo trinta e nove do Estatuto Disciplinar).-----

-----Oito - Considerando que nos termos do artigo trinta e nove do Estatuto, são competentes para instaurar ou mandar instaurar o processo disciplinar contra os respectivos subordinados todos os superiores hierárquicos.-----

-----Proponho que este Executivo Municipal delibere o seguinte:-

-----a) A avocação de poderes nos termos do disposto no número dois do artigo trinta e nove do Código do Procedimento Administrativo-----

-----b) Considerando o exposto, mandar instruir o respectivo processo disciplinar, à funcionária ROSA MARIA CARDOSO DO NASCIMENTO - a assistente administrativa especialista do quadro da Câmara Municipal de Almeirim que exerce actualmente as

funções de Chefe da Gabinete de Apoio Pessoal ao Presidente da Câmara (número um do artigo dezoito ED.)-----

-----c) Nomear instrutor do processo, nos termos do artigo cinquenta e um do Decreto Lei vinte e quatro barra oitenta e nove de dezasseis de Janeiro (Estatuto Disciplinar), o Dr. Vítor José Ferreira David de Sousa.»-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que, do que leu e fazendo fé nos documentos remetidos, há alguns factos que podem consubstanciar ou não violação de deveres dos funcionários públicos. Acha que se devia abrir o processo disciplinar, até para defesa da honra da visada e também pelo facto constante das Actas do júri do Concurso, dado que este tipo de comportamento não é forma de alguém se dirigir a um júri de concurso, a fim de aquilatar se a acção relatada configura ou não infracção disciplinar, já que há um Vereador que se sentiu lesado.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que é claro que se sente lesado porque é afirmado que o Vereador estava em conluio com o CEFA para saber a prova do concurso e prejudicar esta candidata.-----

-----O Sr. Presidente leu o parecer do consultor jurídico António Rosa Montalvo, que a seguir na íntegra se transcreve:---

-----«PROPOSTA DE PROCESSO DISCIPLINAR-----

-----Consulta-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim solicita o nosso parecer jurídico acerca da proposta do Senhor Vereador Francisco Manuel Maurício do Rosário de instauração de processo disciplinar à funcionária Rosa Maria Cardoso do Nascimento, com fundamento numa reclamação por ela apresentada no âmbito de um concurso de pessoal em que é opositora.-----

-----Mais solicita que nos pronunciemos sobre a relevância disciplinar da referida reclamação.-----

-----Para conhecimento da matéria, foram-nos enviados o requerimento de referido senhor Vereador de introdução na ordem de trabalho da reunião de dezanove de Março de dois mil e sete de um ponto sobre o assunto, acompanhado de proposta de processo

disciplinar, da acta número seis da reunião de quinze de Dezembro de dois mil e seis do júri do concurso e da reclamação apresentada pela referida funcionária.-----

-----Foi-nos também enviada documentação relativa ao pedido de demissão daquele Senhor Vereador de todos os cargos para que tinha sido designado, formulado em catorze de Novembro de dois mil e seis, um despacho do Senhor Presidente, de quatro de Dezembro de dois mil e seis, nomeando o Senhor Vereador Pedro Ribeiro, e uma nota interna, desta mesma data, enviada à Repartição de Recursos Humanos ordenando a substituição do senhor Vereador Francisco do Rosário nos júris dos concursos.---

-----Parecer-----

-----Da competência do Presidente da Câmara em matéria de concursos de pessoal-----

-----Um - Nos termos do artigo sessenta e oito, número dois, alínea a) da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, compete ao presidente da câmara municipal decidir sobre todos os assuntos relacionados com a gestão e direcção de pessoal.-----

-----Em harmonia com esta norma, a alínea a) do artigo nove do Decreto - Lei número duzentos e quatro barra noventa e oito, de onze de Julho, estabelece que é competente para autorizar a abertura de concursos de pessoal o dirigente máximo do serviço, o qual é, nas câmaras municipais, o respectivo presidente.-----

-----Por outro lado, o artigo treze, número um, deste Decreto-Lei dispõe que os membros do júri são designados pela entidade com competência para autorizar o concurso.-----

Conclui-se destas disposições legais que a designação dos membros dos júris dos concursos de pessoal é competência própria do presidente da câmara.-----

-----Dois - Uma vez informado pelo Senhor Vereador Francisco do Rosário da demissão de todos os cargos que ocupava, o Senhor Presidente da Câmara entendeu determinar a sua substituição nos júris dos concursos.-----

-----Inserindo-se a designação dos membros dos júris dos concursos no âmbito dos poderes próprios do presidente da câmara, como vimos, é também uma faculdade sua substituí-los nessas funções, por sua iniciativa e de forma fundamentada.-----

-----No entanto, no caso em análise, o Senhor Presidente da Câmara não usou esse poder em toda a sua extensão, isto é, não substituiu o presidente do júri por sua iniciativa, tendo-se limitado, face ao pedido de demissão do Senhor Vereador "de todos os cargos que entendeu atribuir-me", a ordenar à Repartição competente, em quatro de Dezembro de dois mil e seis, a substituição do presidente do júri nos termos gerais, isto é, chamando aos trabalhos do júri um dos vogais suplentes.-----

-----Três - A partir desse momento (quatro de dezembro de dois mil e seis), o Senhor Vereador Francisco do Rosário deixou de ser membro do júri. Ora, assim sendo, a reunião do júri de quinze de Dezembro de dois mil e seis, em que aquele senhor Vereador participou e a que presidiu, está ferida de invalidade. Idêntico vício afecta as deliberações tomadas nessa reunião e transcritas na acta número seis desse concurso.-----

-----Da prescrição do procedimento disciplinar.-----

-----Quatro - Estabelece o número dois do artigo quatro do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei número vinte e quatro barra oitenta e quatro, de dezasseis de Janeiro, que o procedimento disciplinar "Prescreverá também se, conhecida a falta pelo dirigente máximo do serviço, não for instaurado o competente procedimento disciplinar no prazo de três meses".----

-----No presente caso, "a falta" a que aquela norma se refere seria a reclamação apresentada pela candidata em vinte de Novembro de dois mil e seis. É este o documento que, no entendimento do Senhor Vereador Francisco do Rosário, contém uma infracção disciplinar.-----

-----Cinco - Analisada a documentação enviada com o pedido de parecer jurídico, verifica-se que o Senhor Presidente da Câmara

revela que tomou conhecimento daquela reclamação em vinte e um de Novembro de dois mil e seis.-----

-----Decorreram mais do que três meses desde a data em que o dirigente máximo do serviço, isto é, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, tomou conhecimento da alegada falta, pelo que o procedimento disciplinar prescreveu.-----

-----Da relevância disciplinar da reclamação da funcionária.----

-----Seis - Analisada a reclamação da funcionária concorrente ao concurso verifica-se que ela é, de facto, uma reclamação. A funcionária sente que foi prejudicada nas provas do concurso e dirige-se ao júri reclamando contra os actos que considera lesivos dos seus direitos.-----

-----Não nos cabe avaliar se a funcionária tem ou não razão, uma vez que não nos foram enviados os necessários documentos relativos ao processo de concurso, mas apenas verificar se a sua reclamação constitui uma infracção disciplinar. Para tanto, haverá que ver se a funcionária, na sua reclamação, violou os seus deveres, em especial o dever de correcção e urbanidade.----

-----Sete - Na reclamação a funcionária invoca expressamente factos que considera ilustrativos das deficiências da avaliação do júri.-----

-----Começa por dizer que a resposta que o júri lhe deu não responde integralmente ao seu requerimento, uma vez que não lhe foi fornecido o "modelo de Correcção da Prova". Explica de seguida a importância que atribui a esse modelo, uma vez que considera que algumas respostas de outros concorrentes foram incorrectamente classificadas.-----

-----Refere depois que, tendo analisado o processo, não encontrou a acta do "acto de realização da prova" ficando sem se saber quais os concorrentes e os membros do júri que estiveram presentes no dia da prova e outros elementos relativos a elas.--

-----Estranha depois que as provas estejam rubricadas por uma pessoa que não terá estado presente na realização das provas.---

-----Afirma que houve falta de rigor do júri no que respeita à numeração de documentos do concurso, uma vez que, segundo diz, "só alguns (muito poucos) estão numerados".-----

-----Considera ainda que o facto de se terem identificado os concorrentes pelos seus números mecanográficos permite saber quem fez cada uma das provas e pôs em causa o dever de isenção do júri, entendendo que as provas deveriam ter sido numeradas de forma aleatória.-----

-----Finalmente para aludirmos a um facto a que o júri atribuiu relevo na sua acta número seis - a funcionária refere-se ao membro do júri indicado pelo CEFA como "a Senhora que veio do CEFA".-----

-----Oito - Em nosso parecer, estas informações não constituem violação do dever de correcção e urbanidade. A funcionária circunscreveu-se à matéria do concurso e apontou factos concretos que considera irregularidades ou faltas de rigor do respectivo júri.-----

-----São questionados o rigor e a isenção do júri, em razão de determinados factos que a funcionária especifica, sem no entanto questionar o comportamento dos seus membros, individualmente considerados. A funcionária não imputa os factos que considera reprováveis a nenhum membro do júri em particular, mas antes considera-os uma decorrência das alegadas deficiências de funcionamento do júri.-----

-----A própria referência da funcionária à técnica do CEFA, como "a Senhora que veio do CEFA", não se nos afigura, de modo algum, desrespeitosa, nem justificativa das críticas que o júri lhe dirige na acta número seis.-----

-----No plano estritamente jurídico, a reclamação tem fundamentos de facto - que são os factos indicados pela reclamante - e fundamentos de direito - que se traduzem na alegada violação pelo júri dos seus deveres legais de rigor e isenção.-----

-----Nove - A análise dos termos da presente reclamação leva-nos a considerar que o comportamento da funcionária não excedeu os

limites que razoavelmente devem aceitar-se num protesto desta natureza. O facto de uma reclamação ser feita de forma veemente ou mesmo indignada não gera , por si só, efeitos disciplinares. A verificação da razoabilidade dos termos da reclamação terá levado o Senhor Presidente da Câmara a considerar que ela não tinha relevância disciplinar.-----

Da avocação de competências do Presidente da Câmara pela Câmara Municipal-----

-----Dez - Analisemos, por fim, a proposta de avocação de competências do Senhor Presidente pela Câmara Municipal, tal como é formulada pelo Senhor Vereador Francisco do Rosário.-----

-----O Senhor Vereador fundamenta a sua proposta na norma número dois do artigo trinta e nove do Código do Procedimento Administrativo. Esta norma insere-se na Secção quatro do Capítulo Um da Parte Dois do Código do Procedimento Administrativo, sob a epígrafe "Da delegação de poderes e da substituição", e estabelece o seguinte:-----

-----"O órgão delegante ou subdelegante tem o poder de avocar, bem como o poder de revogar os actos praticados pelo delegado ou subdelegado ao abrigo de delegação ou subdelegação".-----

-----Ora, como facilmente se compreende, a avocação de poderes é um instituto que se filia no da delegação de poderes, na medida em que só podem ser avocados os poderes que foram delegados ou subdelegados.-----

-----Por esta razão, a referida norma do CPA não é aplicável à matéria em análise, uma vez que os actos praticados pelo Senhor Presidente da Câmara o foram ao abrigo da sua competência própria, como acima vimos, e não de competência delegada pela Câmara.»-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que, por não ser minimamente competente para rebater este parecer, solicita uma cópia do mesmo e requer o adiamento desta deliberação e o agendamento deste ponto da Ordem de Trabalhos para a próxima reunião.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse subscrever as palavras

do Sr. Vereador do PSD e, perante uma dúvida, o processo disciplinar viria clarificar a situação controvertida e o Sr. Presidente só teria a ganhar com isso. Tendo nomeado o Júri, no qual depositou confiança e que foi posto em causa pela funcionária com insinuações relativamente claras, em que diz que as folhas foram identificadas com o número mecanográfico para serem identificadas, considera que há matéria para apurar, tanto mais que o Sr. Presidente homologou o concurso e para seu bom nome, o Sr. Presidente devia aprovar este processo disciplinar.-

-----O Sr. Presidente, dirigindo-se à autarca que o antecedeu, perguntou: 'Está a brincar comigo?'-----

-----A Sr^a Vereadora disse que não se trata disso, e que ninguém pode ser considerado culpado antes dum processo isento, em que a situação possa ser averiguada. Neste caso o Sr. Presidente está posto em causa e na carta da funcionária é contestado o Júri nomeado pelo Sr. Presidente. E acrescentou que o Sr. Presidente e a sua imagem só tinham a ganhar com o esclarecimento.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício referiu que, quando apresentou a sua demissão de todos os cargos que desempenhava na Câmara Municipal, manteve o seu interesse em sair do Júri do Concurso e foi o Dr. João Magalhães que lhe disse que não podia sair sem que o Júri todo caísse, pelo que devia manter-se no Júri até ao fim do concurso. E disse que solicitou um parecer a uma entidade externa, que está em contradição com o parecer lido aqui pelo Sr. Presidente.-----

-----O Sr. Presidente salientou que estão a ser ditas coisas que merecem uma particular ponderação, designadamente, foi dito que o Dr. João Magalhães emitiu um parecer que se sobrepôs à ordem do Presidente da Câmara, para substituir o Sr. Vereador Francisco Maurício. Embora toda a competência que o funcionário tenha, não tem competência para ultrapassar o Presidente da Câmara. E não concorda com o adiamento da votação da proposta, em primeiro lugar porque ela foi apresentada e depois porque estamos a discutir um processo disciplinar a uma funcionária e não podemos andar de reunião para reunião a discutir a vida de

uma funcionária, que tem direito à tranquilidade na sua vida profissional e pessoal. Isto não é um caso para tratar por cima do ombro.-----

-----E continuou o Sr. Presidente que, aqui, o facto novo é este parecer: a tentativa de avocação é uma tentativa de usurpar um direito que pertence ao Presidente da Câmara, e não vai permitir a usurpação de poderes próprios conferidos por lei e não está disposto a permitir esta tentativa de retirada de direitos próprios do Presidente, consignados no Artigo sessenta e oito da Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove e abriria um precedente de avocação doutros poderes, até esvaziar as suas competências. Isto representa um golpe de estado na administração local e por isso não se vai calar.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha respondeu ao Sr. Presidente que, quando lhe interessa, traz a reunião de Câmara os assuntos de sua competência exclusiva para a Câmara deliberar.-----

-----O Sr. Presidente disse que o parecer do Dr. João Magalhães, ao dizer que o Sr. Vereador tinha de continuar no concurso, deu uma no cravo e outra na ferradura.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha referiu que, segundo já ouviu dizer, em processos disciplinares, há o entendimento que certas coisas têm de passar do Presidente para a Câmara.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que a matéria é da competência originária e própria do Presidente e, a seu ver, o executivo não pode avocar, embora considere abusivo dizer que há aqui um golpe de estado.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que ao tomar a iniciativa e o Presidente não dar andamento, pode recorrer para o órgão.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que há neste caso uma contradição do Sr. Presidente porque recebeu um pedido para agendar e aceitou fazê-lo. Se achava que não era da competência da Câmara não aceitava o agendamento.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que está a defender os seus direitos, enquanto Presidente da Câmara e as suas competências

próprias.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos acrescentou que, mesmo que o executivo deliberasse instaurar o processo disciplinar, nunca teria efeitos, pela falta de competência do órgão.-----

-----O Sr. Presidente reafirmou que há aqui uma tentativa de contornar a sua competência própria.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício respondeu que não é esse o seu objectivo.-----

-----O Sr. Presidente afirmou que, se não houvesse essa intenção, a proposta tinha-lhe sido apresentada a si, mas não o foi.-----

-----Foi, de seguida, submetida a votação a proposta de adiamento da discussão e deliberação da proposta do Sr. Vereador Francisco Maurício para a próxima reunião, tendo votado contra a mesma o Sr. Presidente, o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Vereador José Carlos da Silva. Votaram a favor do adiamento os Srs. Vereadores Manuela Cunha, Francisco Maurício e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva quis deixar previamente expresso o seu entendimento em relação ao assunto, do teor que leu:-----

-----«A razão da minha abstenção tem como fundamento uma leitura atenta, e pela primeira vez, de factos dos quais não tinha total conhecimento, mas apesar de tudo insuficientes.-----

-----Considero que assiste a qualquer pessoa o direito à reclamação; no entanto, no caso concreto da reclamante e no meu entender, fê-la com uma carga emocional com tal notoriedade, que resvala frequentemente para a falta de razão.-----

-----Considero censurável que a reclamante ponha em causa a isenção e imparcialidade de um júri e de uma instituição como o CEFA, tanto mais que esta mesma instituição, pela “mão” da reclamante, foi e será solicitada sempre que o executivo assim o entenda, tendo em conta o seu bom nome e credibilidade.-----

-----Considero ainda que a reclamante, na sua carta, tem uma forma desordenada e por vezes pouco clara de se expressar.-----

-----No entanto e mais uma vez no meu entender, perante os dados apresentados que considero de apreciação subjectiva, o teor da reclamação não parece consubstanciar gravidade para processo disciplinar, mas sim, uma repreensão por escrito com a exigência de um pedido de desculpas ao júri e ao CEFA.»-----

-----Perante o empate na votação, o Sr. Presidente usou o voto de qualidade na defesa da sua posição de debate imediato da proposta e leu a declaração que a seguir é transcrita:-----

-----«Em catorze de Novembro de dois mil e seis, entregou-me o Sr. Dr. Francisco Manuel Maurício do Rosário, uma carta confidencial que, perto do final do texto dizia: "Apresento pois a V. Ex^a a minha demissão de todos os cargos que entendeu atribuir-me".-----

-----Como sequência deste escrito, na Reunião de Câmara de quatro de Dezembro de dois mil e seis, dei conta deste pedido de demissão ao Executivo Municipal e em sua substituição nomeei o Sr. Vereador Pedro Miguel César Ribeiro.-----

-----Em sequência ainda do pedido de demissão, fiz uma nota interna à Repartição de Recursos Humanos, também em quatro de Dezembro de dois mil e seis, em que dava conta do sucedido e dizia: "Agradeço que façam também a substituição nos Júris dos Concursos".-----

-----Esta ordem foi dada no uso das minhas competências estabelecidas pela alínea a) do número dois do artigo sessenta e oito da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove com a nova redacção que lhe é dada pela Lei número cinco -A de dois mil e dois, que diz: "compete ainda ao Presidente da Câmara Municipal decidir todos os assuntos relacionados com a gestão e direcção dos Recursos Humanos afectos aos Serviços Municipais". Repito, aquela ordem foi dada na sequência do pedido de demissão apresentado pelo Sr. Vereador Francisco Maurício, à qual não me foi dada sequer a oportunidade de retorquir.-----

-----Porém, a ordem não foi cumprida e em vez disso, foi feita uma informação pelo Sr. Dr. João Magalhães dando a entender que a continuação no cargo de Presidente do Júri do concurso para Chefe de Secção, continuou a ser desempenhado ao abrigo de legislação que, alegadamente o obrigava.-----

-----Nada mais falso, a substituição devia ter sido feita ao abrigo da mesma legislação, que rege os outros actos que o Sr. Vereador abandonou, se não houvesse a intenção deliberada de faltar às minhas ordens e se não houvesse qualquer outra intenção não confessada de continuar no Júri.-----

-----Mas agora a primeira questão põe-se:-----

----- -São válidos os actos praticados contra as minhas ordens, tendo eu, em exclusivo, competência para eles?-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício entrou de férias de imediato de quinze a dezasseis de Novembro e de vinte e um de Novembro a trinta de Dezembro, segundo minha interpretação, apesar das rasuras do pedido de licença para férias.-----

-----E a segunda questão coloca-se:-----

----- -São válidos os despachos durante o período de férias?----

----- -Não deveria ter sido substituído neste, como nos outros lugares todos em que foi substituído?-----

-----A resposta a estas questões penso estar dada na proposta de avocação agora apreciada, quando se diz, a funcionária F----- que exerce as funções de Chefe de Gabinete de Apoio Pessoal do Presidente.-----

-----Este é o cerne da questão.-----

-----Dirigindo-me agora à proposta de processo disciplinar.-----

-----A causa é a carta apresentada pela funcionária cuja data de ter sido recebida e tomado conhecimento por mim é de vinte e um de Novembro de dois mil e seis e pelo pretense Presidente do Júri em vinte e seis de Novembro de dois mil e seis, depois da demissão e durante o período de férias.-----

-----Contados os prazos, estão ultrapassados os três meses previstos na Lei para que tenha lugar o processo disciplinar.

Sendo a competência para tal legalmente da minha
responsabilidade o Executivo não poderá ter competências para
avocar um acto que nunca foi seu.-----

-----Eu diria que é difícil fazer pior em termos de proposta.---

-----As intenções estão claras.-----

-----E já as havia revelado ao Sr. Vereador Francisco Maurício
em escrito pessoal.-----

-----Como nota final:-----

-----As opiniões recolhidas atestam que a acta é bastante mais
insultuosa, gravosa e desprestigiante para quem a escreveu do
que a carta da funcionária. Desceu-se abaixo do mais modesto
funcionário.-----

-----Por isso direi, embora ela não queira mais referir-se a
este assunto, vai ter o meu incentivo para que o faça. O Júri
não está sujeito a processos disciplinares mas está sujeito
também a comportamentos de alguma urbanidade que a acta não
respeitou e os funcionários, num processo democrático, têm o
direito de o exigir.-----

-----Quanto a mim como Presidente da Câmara, sinto que houve, na
proposta de hoje, a tentativa de usurpação de uma competência
que só a mim me cabe.-----

-----Não conheço exemplo anterior, no País, de algum Vereador
tentar fazer tal traição ao Presidente da Câmara.-----

-----Sinto que me cabe o direito de defender a minha honra e que
para isso desde já informo, que usarei todos os meios para o
conseguir.»-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou: «Voto a
favor do adiamento da proposta de instauração de processo
disciplinar à funcionária visada, na medida em que foram
apresentados novos elementos (parecer jurídico) que considero
fundamentais para avaliar da legitimidade de avocação e do
comportamento da funcionária. A meu ver, e salvo melhor opinião,
considero que esta competência cabe ao Sr. Presidente, dado que
a mesma é originária. Neste contexto jurídico, não se vislumbra
qualquer usurpação de poderes por parte do Vereador que

apresentou a proposta. Vejamos: ao Vereador cabe um direito fundamental de apresentar as propostas que em seu entender considera legítimas. Aos restantes membros do executivo cabe avaliar a admissão dessa proposta e o conteúdo da própria proposta. Assim, voto a favor do adiamento por entender que o requerimento apresentado pelo Vereador Francisco Maurício deverá ser objecto de decisão, sim, pelo Sr. Presidente e caso o Vereador entenda, poderá agendar em reunião de Câmara. Para além disso, considero, aqui, nesta reunião de Câmara, o que apenas ocorreu foi uma mera discussão da análise jurídica e da oportunidade de instaurar o processo disciplinar, para o que não houve qualquer acto ou conduta que tivesse como fim pôr em causa as competências do Presidente da Câmara. Aliás, nem a tentativa ocorreu. Por outro lado, considero que seria útil apurar a verdade e todos os factos que têm vindo a lume, sobre esta situação. Penso que tem de se pôr um ponto final nestes assuntos, dado que a Câmara Municipal deve preocupar-se com outras prioridades para o Concelho.»-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha afirmou: «Como declaração de voto, e tendo votado favoravelmente o adiamento da proposta apresentada pelo Vereador Francisco Maurício, fi-lo por ser hoje aqui entregue, no momento da análise da questão, um novo parecer jurídico, com novos dados, apresentado pelo Sr. Presidente, que preciso de analisar para deliberar em consciência. Por isso, subscrevo inteiramente toda a declaração de voto proferida pelo Vereador que me antecedeu. E volto a repetir que considero que era, de todo, vantajoso para o Sr. Presidente da Câmara e para a sua imagem, ele próprio dar andamento a este processo, no sentido de clarificar toda a situação. Para findar, quero ainda dizer que, caso a deliberação sobre esta proposta aqui apresentada consubstanciasse uma avocação de poderes do Presidente, ela seria só política, porque este órgão, como é claro pela Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove, com a redacção dada pela Lei cinco -A de dois mil e dois, atribui ao Sr. Presidente a responsabilidade administrativa do acto, daí

que a deliberação deste órgão não passaria duma recomendação política ao Sr. Presidente, responsável por lei de executar o acto».

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício declarou: «Voto favoravelmente o adiamento da proposta para uma análise dos documentos em confronto e, obviamente, por não me considerar competente para rebater os argumentos jurídicos, tardiamente apresentados. Quero reiterar que, da minha parte, não há qualquer intenção de ultrapassar a competência do Sr. Presidente da Câmara. E quero retirar a minha proposta da Ordem de Trabalhos de hoje.»

-----O Sr. Presidente declarou que a votação anterior implica que a mesma proposta não possa ser agendada para a próxima reunião.

-----TRANSPORTES URBANOS DE ALMEIRIM - O Sr. Vice-Presidente apresentou a proposta de actualização do tarifário dos TUA, previamente distribuído aos Srs. autarcas, e que contempla o aumento aprovado por Portaria da Secretaria de Estado dos Transportes. Referiu que a actualização de preços será implantada a partir de um de Maio próximo e, se for possível colocar de imediato em funcionamento o segundo autocarro, este funcionará gratuitamente durante a primeira semana. Para facilidade dos utentes, será criado o bilhete diário.

-----A Câmara deliberou aprovar as novas tarifas de transportes urbanos, bem como as restantes medidas indicadas, e o novo circuito, cujo traçado apresentou.

-----Às dezassete horas e trinta minutos o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição